

A parentalidade adotiva: uma gestação em grupo

Lidia Levy ⁽¹⁾
Patrícia Glycerio R. Pinho ⁽²⁾
Solange Divana ⁽³⁾

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar nossa experiência em um projeto denominado **Café com Adoção**, desenvolvido na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da comarca da capital do Rio de Janeiro. Pretendemos, inicialmente, analisar o trabalho realizado durante os seis anos de sua existência e identificar alguns temas observados ao longo deste percurso, valorizando a função de continente exercida pelo grupo. Em seguida, apontamos o caminho percorrido por Grupos de Apoio à Adoção desde sua função de continente até uma função mais ampla, de construção de uma nova política da adoção.

Palavras-chave

(1) Adoção; (2) Grupos de apoio; (3) Judiciário; (4) Projetos sociais.

Abstract

The goal of this article is to present our experience in a project entitled **Coffee with Adoption**, which takes place in Rio de Janeiro's Judicial System. Our initial objective is to analyze the work that has taken place during the project's six years of existence, identifying some of the themes observed along this journey, and valuing the group as a place of continence. Next, we discuss briefly the history of Adoption Support Groups, from their place as a continent to a wider objective of constructing a new adoption policy.

Keywords

(1) Adoption; (2) Support groups; (3) Justice system; (4) Social projects.

⁽¹⁾ Psicanalista, doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e professora do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

⁽²⁾ Psicóloga da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital do Rio de Janeiro.

⁽³⁾ Psicóloga e coordenadora do projeto **Café com Adoção**.

A parentalidade adotiva

Um projeto de adoção revela, além do desejo explicitado de ter um filho, motivações inconscientes e receios por parte dos candidatos, reflexos de suas histórias psíquicas, que irão repercutir na relação a ser estabelecida com a criança. Assim como os pais biológicos, também os pais adotivos constroem uma criança imaginária, ideal, que deverá ser confrontada à realidade daquela a ser adotada, principalmente quando se trata de uma adoção tardia.

Percebe-se, nos requerentes em processo de habilitação para adoção, a importância de um tempo equivalente a uma gravidez psíquica, precedendo o encontro com a criança. Quando a decisão de adotar decorre da impossibilidade de gerar, um trabalho de luto precisa ser feito para elaborar a referida impossibilidade. A vivência de fracasso dificulta a comunicação com familiares e amigos e, nos primeiros contatos com os técnicos do Judiciário, a apreensão diante de uma avaliação negativa, mantém as inquietações em silêncio. Sabe-se o quanto é importante, neste momento, que os futuros pais adotivos possam falar sobre as incertezas diante do desconhecido e as dúvidas diante da própria capacidade de acolher como filho uma criança que não foi por eles gerada. Uma proposta para incluí-los em um grupo de reflexão, cujo foco é a experiência da adoção, objetivaria facilitar a compreensão da dimensão de sua escolha, ao mesmo tempo em que auxiliaria no reconhecimento da filiação adotiva como forma legítima de filiação.

Na Vara da Infância, Juventude e do Idoso do Rio de Janeiro (VIJI) existem dois grupos com diferentes funções. O primeiro, de caráter obrigatório, faz parte do procedimento de habilitação para adoção e foi implementado pela Equipe Técnica da Vara, em 1999, com o objetivo de, não apenas "selecionar" candidatos, mas também oferecer um espaço onde estes pudessem ser informados acerca do procedimento, onde trocariam suas expe-

O Social em Questão

riências com os demais participantes e ouviriam depoimentos de pais que já houvessem adotado seus filhos.

O segundo, denominado *Café com Adoção*, constitui-se como um grupo extraprocessual, de participação voluntária, criado em 2002. Pretendemos, neste artigo, analisar o trabalho desenvolvido durante os seis anos de existência deste grupo e identificar alguns temas levantados ao longo deste percurso, enfatizando a função de continente por ele exercida.

Partimos da metáfora do eu-pele (Anzieu, 1989) em sua função de contenção, como um "círculo maternante" que circunda o bebê, e valorizamos sua utilização na compreensão do funcionamento de grupos, em particular de Grupos de Apoio. A idéia de um suporte fornecido aos pais, de modo a que estes possam vir a apoiar seus filhos, também está presente em Winnicott (1975, p. 196), quando sugere que o Estado deve oferecer um serviço de "apoio a pais normais", capacitando-os a entrarem em contato com suas próprias capacidades, competências e responsabilidades. Ainda em Winnicott (1978), encontramos a hipótese de que o grupo, assim como uma família, oferece a possibilidade de compartilhar atividades reparadoras diante da depressão e de sentimentos de culpa que surgem entre seus membros.

A experiência obtida através dos encontros no *Café com Adoção* e o contato com outros Grupos de Apoio à Adoção revelou que, inicialmente, alguns pais adotivos e candidatos, vivendo a ansiedade da espera, do desconhecido, do diferente, buscavam o apoio e a compreensão de outros sujeitos em situação semelhante. Na tentativa de encontrar o melhor caminho para atingir seu objetivo, cada sujeito beneficiava-se da experiência daqueles que já haviam passado ou estavam passando pelo mesmo processo. Entretanto, com o decorrer do tempo, quando os grupos já estavam mais solidamente constituídos, observou-se uma tendência para direcionarem-se à tarefa de contribuir para a divulgação da adoção como projeto social. No presente trabalho, além da função de continente exercida por diferentes grupos, destacamos a função de impulsionar uma nova cultura da adoção, garantindo o direito à convivência familiar a toda criança institucionalizada.

Café com Adoção: um histórico

Com o objetivo de confrontar as fantasias e os receios que permeiam o imaginário de pais adotivos, antes da chegada do filho e um ano após sua inclusão na dinâmica familiar, foi realizada uma pesquisa (Levy, 2001; Levy & Pinho, 2003) que apontou para a relevância dos grupos na preparação para uma adoção. Os entrevistados destacaram a importância de ouvir depoimentos em muito semelhantes aos seus próprios relatos, contrastando com a expectativa inicial de "serem obrigados a participar de mais uma burocracia da justiça". Talvez por este motivo, quando chamados a colaborar voluntariamente para a referida pesquisa e conversar sobre a adoção realizada, os pais se mostraram extremamente disponíveis. Na ocasião, alguns disseram que o grupo de habilitação foi considerado como um "início de gestação" e relataram ainda manter contato com os demais participantes.

O trabalho que havia sido realizado revelou uma disponibilidade para retomar o contato com o psicólogo e um interesse de, com ele, discutir temas referentes à adoção. Para nossa surpresa, muitos estranharam não terem mais sido chamados, pois se antes acreditavam que não deveria ocorrer entrevista alguma, porque "estavam tirando uma criança da rua", agora não entendiam "como se entrega uma criança e não se verifica se tudo está correndo bem". Observamos, então, o desejo de contar sobre os sucessos obtidos, mostrar fotos, enfim, marcar seu lugar como mãe ou pai e compartilhar suas experiências com aqueles que os acompanharam no início da caminhada. Este discurso evidencia a passagem do lugar de criança anônima para o lugar de filho.

A partir das considerações expostas acima, foi apresentado o projeto de um espaço permanente na própria VIJL, que funcionasse de forma semelhante a um grupo de apoio à adoção. Coordenado por duas psicólogas, o *Café com Adoção* é um grupo aberto, extraprocessual, com encontros mensais e gratuitos (Divana & Pinho, 2004). As palestras propostas e as dinâmicas desenvolvidas com os participantes auxiliam na elaboração das diferentes representações mentais da criança imaginária e nas diversas temáticas que nelas estão implicadas, sem o caráter ameaçador de um procedimento de avaliação.

O grupo acolhe aqueles que já estão convivendo com seus filhos, os que já receberam certificado de habilitação, mas ainda não estão com a criança, os que já estão com a criança, mas aguardam a finalização do processo e, até mesmo, aqueles que estavam esperando serem chamados para o estudo de habilitação. Estes últimos foram estimulados a participar dos encontros, em 2006, quando a existência de um tempo de espera de até um ano para dar início ao procedimento provocava uma intensa ansiedade nos candidatos. Apostou-se na importância de aproveitar este tempo para oferecer um suporte diante das dúvidas comuns neste período e para conversar com os requerentes sobre diferentes questões relacionadas ao tema da adoção.

A experiência do **Café com Adoção** revelou-se um continente não apenas presencial, mas também virtual, se considerarmos a constante troca de e-mails com informações, textos e notícias que se estabeleceu como importante ferramenta de integração entre os participantes do grupo e entre estes e os técnicos. Os eventuais encontros de confraternização promovidos, nos quais é valorizada a presença dos filhos, amigos e demais familiares, contribuem igualmente para um desejo de participação mais ativa na divulgação de uma nova cultura da adoção.

Os três tempos de uma adoção

Através dos discursos dos participantes do **Café com Adoção**, reconhecemos três momentos característicos de um procedimento de adoção. Um primeiro momento, anterior à habilitação, atinge todos aqueles que ainda estão realizando o procedimento para obter o certificado, que lhes confere a possibilidade de adotar. Estes sujeitos costumam trazer suas dúvidas acerca do projeto de vida que traçaram, suas expectativas sobre o perfil do filho desejado e os temores relacionados à capacidade de amar uma criança que não geraram. Nos casos de adoção por infertilidade, precisam substituir o "desejo de gerar" pelo "desejo de ser mãe ou pai". Diante da impossibilidade de gerar, abre-se uma perspectiva ao desejo de criar. Winnicott (1978) já apontava para situações onde a culpa e a depressão parental beneficiar-se-iam de um trabalho de grupo que estimulasse a atividade reparatória dos participantes.

Nesta etapa, a ênfase dada às características físicas da criança a ser adotada demonstra o desejo de semelhança, visando, por um lado, facilitar sua identificação àquele núcleo familiar, mas, por outro, apontando para a dificuldade de lidar com diferenças, campo fértil para a discriminação e para os preconceitos. Os adotantes ou os candidatos à adoção justificam o desejo de adotar um bebê pelo receio de se defrontarem com uma "uma criança difícil".

Um segundo momento é igualmente marcado pela ansiedade, pois ou os pais já estão de posse do certificado, mas ainda não têm a criança indicada, ou já estão com uma criança, mas o processo não foi concluído. Quando não há criança indicada, sendo o tempo de espera muito longo, a participação no grupo auxilia na manutenção do investimento no projeto de adoção e leva a questionamentos acerca da modificação do perfil da criança desejada.

A importância do grupo nesta etapa de transição é reforçada por autores como Golse (2004), que percebe nos candidatos à adoção, após lhes ser atribuído o certificado de habilitação, a vivência de algo equivalente a uma gravidez psíquica, apesar da ausência da gravidez física, e considera ser este estado extremamente favorável para o acolhimento da criança. Paiva reforça a ideia de uma gravidez psíquica quando comenta que

... na gravidez, o período de espera para o nascimento do bebê não se traduz somente em mudanças corporais e hormonais da gestante, mas também num tempo para que os pais possam elaborar a nova condição, planejar detalhes, gestar imaginariamente a criança e se adaptar às mudanças decorrentes de sua vinda (Paiva, 2004, p. 138).

Ozoux-Teffaine (2004) também valoriza a existência deste espaço intermediário e enfatiza sua função transicional. É um tempo no qual o filho imaginário que os futuros pais adotivos alimentaram durante anos deverá transformar-se para se aproximar gradativamente da criança real que os espera. Tempo que necessita ser respeitado para que a elaboração psíquica possa ser feita. Tempo para falar de suas inquietudes diante do desconhecido e das incertezas quanto a estarem preparados para exercer a parentalidade. Segundo a autora, a equipe que realiza esta intervenção procura estimular uma experiência semelhante a uma gestação, conferindo ao tempo de espera o valor de uma gravidez psíquica.

Nas situações em que os pais já estão com a criança, mas aguardam a finalização do processo, um acompanhamento ajudaria na elaboração de fantasias e ansiedades diante da possibilidade de mais uma decepção, caso algo impeça o andamento favorável de sua demanda.

Finalmente, destacamos um período pós-adoção no qual o processo foi concluído, legitimando juridicamente a parentalidade. As ansiedades reveladas pelos participantes do grupo, nesta etapa, concentram-se basicamente no tempo da revelação e no receio diante de marcas que acreditam terem sido deixadas pelas experiências anteriores. Entretanto, também vêm ao grupo para falar de seus êxitos, das conquistas realizadas pelo filho, para ajudar aqueles que estão atravessando caminho semelhante e, com isto, constroem o percurso da parentalidade e da filiação.

No Brasil, assim como na França (Golse, 2004), existem numerosos procedimentos de caráter obrigatório e precauções tomadas antes da adoção. Entretanto, na França, o acompanhamento após a adoção é relativamente diminuto e, no Brasil, inexistente, salvo pela participação voluntária em grupos de apoio. Um grande número de requerentes se queixa de uma avaliação muito longa, para em seguida serem deixados sozinhos. Muitos adotantes desejariam sentir-se acompanhados desde o momento que a criança lhes é entregue, bem como, ter a possibilidade de recorrer a lugares de escuta, facilmente acessíveis, com o objetivo de elaborar as diferentes questões por eles levantadas.

Percebemos a importância de oferecer um acompanhamento após a adoção, principalmente em casos de adoções tardias ou em circunstâncias especiais, quando a capacidade da criança de estabelecer vínculos afetivos precisa ser reconstruída. Nem sempre "o amor" surge de imediato, sendo necessário um tempo até que a criança seja internalizada como um filho e os adotantes sejam percebidos como pais. A criança, ao ser inserida na família, dependendo da faixa etária, provoca seus pais de inúmeras maneiras numa demanda de garantia do lugar por ela ocupado. Às vezes, diante de uma realidade que apresenta dificuldades a serem superadas, os pais se fragilizam, perdem a confiança em sua capacidade de exercer a parentalidade. O grupo, frequen-

temente, funciona como um continente para tais ansiedades, auxiliando-os a lidar com as dúvidas que os acometem neste período.

A entrada de uma criança adotiva na família gera desorganizações e reorganizações próprias, que exigem dos pais esforços para constituir uma relação de confiança e afeto dentro do contexto social em que vivem. A responsabilidade assumida diante da justiça e da sociedade, aliada ao desejo de formar uma família, são desafios que provocam temores e, por vezes, sentimentos de fracasso diante do projeto traçado. Considerando que o surgimento de uma criança, sem gestação aparente, gera curiosidade nas relações sociais, os pais costumam relatar o quanto se sentem fragilizados e expostos ao que qualificam de "incômodos questionamentos". Neste sentido, a experiência de outros pais adotivos contribui para minimizar a tensão e funciona como um suporte para que os receios possam ser explicitados e elaborados.

Verificamos que, nesta etapa, determinados temas são frequentes nos encontros do grupo e quase sempre revelam uma preocupação com as origens do filho. Surgem dúvidas sobre a herança genética e emerge um pensamento determinista em relação aos vínculos biológicos, funcionando a serviço do preconceito. A herança biológica é vista como fonte de doenças físicas e mentais. Desse modo, por exemplo, a agressividade da criança adotada costuma ser atribuída à sua "má índole". Também o receio de que o filho possa um dia sair em busca de "seus verdadeiros pais", torna-se fonte de angústia. O fantasma dos genitores atravessa a relação pais-filho e o grupo tem ajudado os pais adotivos a não associar o desejo do filho de pesquisar sobre suas origens com um fracasso no projeto de adoção. A curiosidade da criança reflete sua tentativa de compreender o porquê de sua história diferente, e é um movimento no sentido de reconstruí-la.

A dificuldade de falar ao filho sobre a adoção, de escolher o momento adequado para tal, é um tema recorrente, que aponta para um receio de perder espaço para pais biológicos que, mesmo ausentes, ou talvez principalmente porque ausentes, poderiam desalojá-los do lugar que anseiam ocupar. A insegurança já presente na história pessoal de cada adotante, o desejo de ser amado, o fantasma da rejeição acoplado à imagem dos genitores, interfe-

rem na história que começa a ser escrita. Alguns pais expressam no grupo sentimentos de culpa por terem "arrancado" a criança de seus primeiros objetos de apego, ou demonstram uma tendência de retratarem a genitora como alguém capaz de abandono, portanto, cruel. Outros reconhecem como generosidade o ato de entrega por parte da mãe biológica, manifestando sentimentos de gratidão.

Dolto (1989) vê na revelação da origem da criança uma possibilidade de simbolização do sofrimento com a reordenação de uma história, assegurando-lhe sua identidade e permitindo-lhe assumir sua condição de sujeito. A autora é enfática quanto à necessidade de que todos os dados sobre a realidade da criança sejam a ela transmitidos, salientando que, para adotar novos pais, a criança precisa saber que seus pais biológicos estão integrados nela, precisa interiorizá-los e não negá-los. Somente os pais adotivos que conseguem restituir à criança, através de palavras, sua origem, mostram a ela seu lugar simbólico.

O que proporcionará elementos para uma dinâmica familiar mais saudável muito dependerá da posição assumida pelos pais adotivos e seus familiares. Destes é exigido um esforço de adaptação ao receber uma criança desconhecida e o desejo de torná-la familiar ao novo contexto. Conhecer as origens da criança e integrá-las ao novo capítulo prestes a ser escrito, compreender seu sofrimento e suas atitudes, surpreender-se com sua capacidade de adaptação e admirar suas conquistas e seu jeito peculiar de ser, são condições para metabolizar os possíveis preconceitos com os quais adotantes e adotivos terão que lidar no convívio social.

Se, por um lado, o Café com Adoção é um dos espaços hoje existentes na proposta de informar, orientar e apoiar aqueles interessados na parentalidade adotiva, por outro lado, em nossa experiência, verificamos a necessidade imperiosa de um trabalho de preparação para a adoção ser igualmente organizado nos abrigos com as crianças, cujos pais tenham perdido o poder familiar, que estejam aguardando por uma família substituta.

O Café com Adoção e os grupos de apoio

O histórico do movimento dos Grupos de Apoio à Adoção (GAAs) mostra que, originalmente, a iniciativa partiu de pais adotivos mobilizados por suas

próprias experiências. As modificações ocorridas no perfil dos grupos de apoio desde seu surgimento até hoje são destacadas por Luchi (2003). Se inicialmente eram constituídos apenas por pais, desejosos de compartilhar vivências semelhantes e encontrar nos demais participantes uma acolhida para seus questionamentos, atualmente, esses grupos são formados por pais e candidatos à adoção, bem como por psicólogos e assistentes sociais, tendo sido ampliados seus objetivos. Para a autora,

... um grupo de apoio à adoção, geralmente se constrói a partir de emoções, motivações e experiências profundamente pessoais relacionadas à experiência da adoção, só então se transformando em um projeto coletivo: um GAA¹.

Portanto, Lucchi aponta para dois movimentos desenvolvendo-se paralelamente: a história e as motivações de cada participante em sua individualidade e a história e lutas do grupo, que veio a se constituir como um GAA.

Este duplo movimento é igualmente percebido por Acácio (2008)², para quem os grupos de apoio à adoção têm entre suas linhas de atuação tanto as tarefas de troca de experiências, orientação, informação e aconselhamento, quanto um atendimento a crianças e adolescentes em situação de abandono e a proposta de divulgar uma nova cultura de adoção. Percebe-se que a finalidade dos GAAs foi sendo ampliada com a incorporação de projetos de caráter social, ultrapassando o trabalho de reflexão, de educação com as famílias adotantes, e de preparação dos pretendentes à adoção, para dedicar-se também às mudanças sociais necessárias ao estabelecimento de novos paradigmas voltados aos interesses da criança.

Dentre diversos GAAs hoje existentes, destacamos o trabalho realizado pela Associação Civil Quintal da Casa de Ana³, caracterizada em seu

¹Luchi, T.O. (2003). *Grupos de Apoio à Adoção: finalidades e dinâmica*. Disponível em: <http://www.cgj.es.gov.br/Internet/codigos/corregedoria/cejai/artigos/art2.htm>. Acessado em 21 de agosto de 2009.

² Texto retirado do site da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção. Disponível em: <http://www.angaad.org.br/>. Acessado em 21 de agosto de 2009.

³ Associação Civil Quintal da Casa de Ana. Disponível em: <http://www.quintaldeana.org.br/index.php>. Acessado em 21 de agosto de 2009.

site como uma entidade sem fins lucrativos que busca soluções para as questões relativas ao abandono de crianças e adolescentes através do fortalecimento e incentivo à nova cultura da adoção, ou seja, "uma nova forma de ver a adoção sob a perspectiva da criança em situação de abandono ou institucionalizada que precisa ter o seu direito à convivência familiar garantido". Além de se constituir como um local de apoio e orientação e de se oferecer como um fórum de debates, o Quintal da Casa de Ana destaca seu empenho em ser "uma alavanca contra toda e qualquer forma de preconceito no que concerne à questão da adoção". Esta associação, assim como muitas outras que vem surgindo no Brasil, acentua a relevância de uma parceria estabelecida com o Judiciário no intuito de estimular a implantação de projetos que ampliem para a criança as suas alternativas de convivência familiar.

Atualmente, é nítido um interesse cada vez maior do Poder Judiciário em trabalhar de forma mais integrada aos Grupos de Apoio e, neste sentido, o *Café com Adoção* foi um dos pioneiros. Observamos que os *Encontros Nacionais dos Grupos de Apoio à Adoção*, organizados desde 1996, mudaram seu perfil, a partir de 2004, com o aumento significativo da participação dos membros do Judiciário e do Ministério Público. É interessante considerarmos a alteração do nome do referido encontro que, em 2006, passou a denominar-se: *Encontro Nacional de Apoio à Adoção*, e não mais *Encontro Nacional de Grupos de Apoio à Adoção*, marcando uma ampliação do público alvo.

A participação de técnicos, de pais e de magistrados em eventos e na mídia vem contribuindo para dar visibilidade ao tema. Não há como negar a nítida ampliação dos objetivos dos GAAs no sentido de sensibilizar a sociedade e diluir preconceitos, estimulando o reconhecimento da filiação adotiva como forma legítima de filiação.

Considerações finais

Inicialmente, pretendemos destacar a importância da função de continente que exerce um grupo de reflexão, com as características do *Café com Adoção*. Da mesma forma que a rede familiar geralmente fornece um continente para a

gestante, a pessoa que deseja adotar nem sempre pode contar com o apoio de sua família, pois ela própria às vezes evita envolver outras pessoas em um projeto com tempo indefinido e sem certeza de sua concretização. Acreditamos que quando o lapso de tempo entre a demanda inicial e a convocação para o recebimento da criança é muito longo, a participação nos grupos auxilia na manutenção do investimento no projeto de adoção. Os participantes formam uma nova rede de apoio. Os caminhos já percorridos por uns servem de orientação para outros e há uma vibração com as conquistas de cada um. O sucesso de um renova nos demais a esperança.

O grupo oferece suporte para as ansiedades características da paternidade adotiva e ajuda na construção de uma gravidez psíquica. Falar para o outro provoca efeitos clínicos e estimula o sujeito a redimensionar o problema que está sendo apresentado. O *Café com Adoção* tem funcionado de forma preventiva, esperando evitar que dificuldades se cristalizem e se tornem entraves quando da introdução da criança em sua nova família.

A incorporação do trabalho grupal em adoção proporcionou mudanças significativas também para a equipe técnica. Isto porque, com o decorrer do tempo, as diversas situações trazidas pelos participantes foram enriquecendo a compreensão dos técnicos sobre as questões que mais os angustiam e sobre as diferentes possibilidades de intervenção.

Entendemos que os grupos de apoio são parceiros relevantes na busca pela garantia ao direito fundamental das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Observamos que os grupos podem funcionar como importante disparador de mudanças sociais, que facilitam a adesão a uma cultura de desinstitucionalização. Muitos participantes, ao refletirem sobre a adoção e melhor compreenderem a realidade das crianças vivendo em instituições de acolhimento, modificam sua visão inicial sobre a adoção, passando a considerar a possibilidade de acolher de grupos de irmãos, portadores de necessidades especiais ou crianças maiores de cinco anos. Mesmo após a efetivação da adoção, o grupo continua funcionando como rede de apoio, oferecendo reforço positivo, ratificando a filiação adotiva, compartilhando expectativas sobre a adoção e contribuindo para minorar possíveis dificuldades.

Finalmente, compreendemos que a vinculação deste grupo ao espaço do Judiciário também desencadeou efeitos de continência. A Justiça acolheu o Grupo, que acolheu os pais adotivos, os candidatos e os requerentes em processos de adoção. Da mesma forma, a parceria de técnicos e membros do Judiciário com os GAAs veio enriquecer e solidificar a rede, contribuindo para que se possa transcender as atividades de apoio mútuo para um trabalho de maior alcance, contribuindo para o que vem sendo designado como uma nova cultura da adoção.

Recebido em junho de 2009, aceito para publicação em setembro de 2009

Referências bibliográficas

ANZIEU, D. *O Eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.

DIUANA, S. & PINHO, P. "Café com Adoção". *Cadernos de Psicologia*, n. 1, 2004. p.45-50.

DOLTO, F. *Dialogando sobre crianças e adolescentes*. Campinas: Papirus, 1989.

GOLSE, B. "Adopter un enfant qui n'est plus un bébé et devenir son parent. Ce que la psychiatrie périnatale nous a appris". In: Ozoux-Teffaine, O. (org.). *Enjeux de l'adoption tardive*. Ramonville Saint-Agne: Éditions Ères, 2004. p. 63-93.

LEVY, L. "Da criança ildealizada à criança real". In: FÉRES-CARNEIRO, T. *Casamento e família: do social à clínica*. Rio de Janeiro: Nau, 2001. p. 12-22.

LEVY, L. & PINHO, P.G. "A adoção em dois tempos". *Caderno de Estudos e Pesquisas*, ano VII, n. 18, 2003. p. 29- 33.

OZOUX-TEFFAINE, O. "De la séparation à la filiation. Du couchant au levant, une nouvelle vie pour l'enfant en adoption tardive". In: OZOUX-TEFFAINE, O. (org.). *Enjeux de l'adoption tardive*. Ramonville Saint-Agne: Éditions Ères, 2004. p. 95-123.

PAIVA, L.D. *Adoção: significados e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

WINNICOTT, D.W. *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. "A reparação em função da defesa materna organizada contra a depressão". In: *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1978. p. 197-204.